

**ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**Caminhos e Fundamentos para a Criação de um Observatório de
Vulnerabilidades Sociais e Biofísicas em São Vicente-SP**

Caio Cavalcante Vilela de Jesus - 11384622

Estevão Cardoso Alves Luzia

Leonardo Luiz Lopes Silva - 14655601

Vitor Borges de Santana

São Paulo - SP

2025

RESUMO

Este trabalho apresenta a proposta de criação de um Observatório de Vulnerabilidades Sociais e Biofísicas para o município de São Vicente-SP, fundamentada na identificação das desigualdades socioespaciais e dos riscos ambientais que caracterizam o território. A justificativa se apoia nas evidências de que o município concentra eventos extremos de precipitação, áreas suscetíveis a movimentos de massa e fortes assimetrias sociais que afetam de maneira desproporcional grupos vulnerabilizados, como mulheres, pessoas negras, indígenas e populações de baixa renda. Para embasar a proposta, discute-se o conceito de observatório a partir de autores que o definem como um instrumento de monitoramento contínuo, produção de conhecimento e suporte à tomada de decisão pública. O estudo também realiza o mapeamento de observatórios brasileiros relevantes, como o Observatório dos Desastres Ambientais, o Observatório do Clima, o Observatório Brasileiro das Desigualdades e o ObservaDH, cujas metodologias, estruturas e boas práticas servem como modelo, exemplo e ponto de partida para a construção de um observatório para São Vicente. Conclui-se que a implementação de um observatório em São Vicente representa uma estratégia central para fortalecer a gestão pública, aprimorar diagnósticos territoriais e promover políticas mais efetivas de mitigação de riscos e redução de desigualdades.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade urbana é resultado da interação entre fatores sociais, ambientais e territoriais que, combinados, intensificam desigualdades já existentes e ampliam a exposição de determinados grupos a riscos. No município de São Vicente-SP, essa realidade é particularmente evidente: o território concentra alguns dos maiores eventos históricos de precipitação da região, que tendem a ocorrer com maior frequência e intensidade, conforme evidenciado por estudos como Camarinha (2020). Esses eventos hidrometeorológicos, somados às características geomorfológicas locais, incluindo áreas de solo instável, declividades acentuadas e regiões sujeitas a movimentos de massa, tornam a cidade especialmente suscetível a deslizamentos, alagamentos e outros desastres ambientais, especialmente na porção continental da cidade. Nessas áreas, assentamentos precários, favelas e palafitas encontram-se diretamente expostos às dinâmicas ambientais e climáticas extremas.

No entanto, a vulnerabilidade à qual São Vicente está submetida não se limita aos aspectos biofísicos. É fundamental reconhecer que certos grupos populacionais são desproporcionalmente afetados por desastres climáticos. Segundo a ONU Mulheres Brasil, pessoas negras, quilombolas e indígenas apresentam maior vulnerabilidade a eventos extremos, e esse quadro se agrava quando se analisa o impacto diferenciado sobre mulheres nesses mesmos contextos. Esses fatores sociais, como: raça, classe, gênero e renda, constituem elementos essenciais para compreender quem são os grupos vulnerabilizados no município e como o risco se distribui de forma desigual no território.

As limitações dos indicadores tradicionais dificultam ainda mais a identificação precisa dessas desigualdades internas. Muitas vezes, dados agregados não revelam as diferenças entre bairros, microterritórios ou áreas de pobreza concentrada, inviabilizando diagnósticos adequados e políticas públicas eficazes. O poder público, por sua vez, carece de mecanismos que integrem informações sociais, ambientais e territoriais de forma sistemática, confiável e acessível.

Nesse cenário, justifica-se a criação de um Observatório de Vulnerabilidades Sociais e Biofísicas para São Vicente como ferramenta estratégica de planejamento e gestão pública. O observatório permitiria integrar informações cartográficas, ambientais e socioeconômicas, consolidando indicadores sobre precipitação extrema, riscos geomorfológicos, desigualdades sociais e identificação de grupos vulnerabilizados. Tal instrumento ampliaria a capacidade de monitoramento contínuo, subsidiando ações preventivas, mitigadoras e de resposta a

desastres, além de apoiar políticas urbanas comprometidas com a redução das desigualdades socioambientais.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Propor um modelo de Observatório de Vulnerabilidades Sociais e Biofísicas para o município de São Vicente.

Tomar como referência observatórios existentes, cujo mapeamento permitirá identificar metodologias, estruturas e boas práticas que possam servir como base para a construção de um observatório para São Vicente.

Objetivos Específicos

- Formalizar conceitualmente o que constitui um Observatório e os seus tipos;
- Levantar e analisar observatórios existentes no Brasil que monitoram vulnerabilidades sociais, ambientais e climáticas;
- Para esses observatórios mapeados, identificar como os dados são disponibilizados, boas práticas e características que podem ser aplicadas a um possível observatório de São Vicente.

1. O QUE É UM OBSERVATÓRIO?

A literatura especializada apresenta diferentes definições para o conceito de observatório, mas há consenso de que se trata de um instrumento coletivo de produção, sistematização e análise de informações voltadas ao acompanhamento de fenômenos sociais. Para Erijuto (2010), um observatório constitui um organismo criado por um coletivo com o propósito de acompanhar e avaliar determinada realidade, geralmente de caráter social, a partir de uma posição que permita vantagem analítica. Essa perspectiva destaca a capacidade do observatório de observar tendências, identificar padrões e orientar decisões informadas.

Nessa mesma linha, Urdapilleta Meza (2006) enfatiza que os observatórios sociais têm como principal finalidade a avaliação e o monitoramento contínuo de problemáticas sociais, funcionando como um conjunto estruturado de ferramentas e métodos capaz de oferecer uma visão ampliada da evolução de fenômenos e acontecimentos. Para o autor, um observatório não é apenas um repositório de dados, mas uma instância ativa de interpretação e análise que contribui para o entendimento aprofundado de dinâmicas sociais complexas.

A definição institucional proposta pela UN-ESCWA (2008) complementa essa abordagem ao descrever os observatórios como instrumentos estratégicos destinados a informar políticas públicas, rastrear tendências, monitorar impactos de programas governamentais e antecipar possíveis áreas de tensão ou mudança. Nesse sentido, observatórios assumem papel essencial na governança contemporânea ao facilitar a produção de conhecimento orientado à tomada de decisão, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, riscos ambientais e necessidades de planejamento territorial.

Assim, ao considerar essas definições, um Observatório de Vulnerabilidades Sociais e Biofísicas para São Vicente deve ser compreendido como uma plataforma estruturada de monitoramento contínuo, capaz de integrar informações diversas, identificar grupos vulnerabilizados, acompanhar a evolução de riscos e subsidiar políticas públicas mais eficazes. Trata-se, portanto, de um dispositivo analítico e estratégico que combina produção de dados, interpretação crítica e apoio direto ao planejamento urbano e social.

Husillos (2006) contribui ao propor uma tipologia que evidencia a diversidade de formas e funções que essas estruturas podem assumir. Segundo o autor, os observatórios podem se organizar em três modelos principais, dependendo de seus objetivos, métodos de trabalho e públicos-alvo.

O primeiro tipo é o Centro de Documentação, caracterizado como uma “biblioteca” temática especializada. Nesse formato, o observatório dedica-se essencialmente à coleta, organização e classificação de informações, documentos e registros relevantes para uma área específica. Sua missão principal é disponibilizar material confiável e sistematizado que possa servir de base para estudos, pesquisas e consultas públicas. Observatórios estruturados dessa forma são fundamentais para consolidar memória institucional e garantir acesso transparente a dados.

O segundo tipo é o Centro de Análise de Dados, cuja função central é transformar informações brutas em conhecimento interpretado. Nesse modelo, o observatório desempenha papel ativo no processamento, análise e interpretação de dados, oferecendo subsídios diretos à tomada de decisão. Trata-se de um formato voltado ao desenvolvimento de diagnósticos, estudos comparativos, análises estatísticas e avaliações que fundamentam políticas públicas e estratégias institucionais. Seu foco não é apenas reunir dados, mas produzir compreensão qualificada sobre a realidade monitorada.

Por fim, Husillos descreve o Centro de Informação e Colaboração, que reúne características analíticas, mas busca também criar espaços de troca entre especialistas, instituições, gestores e comunidade. Sua missão é promover reflexão coletiva, difundir conhecimento científico e incentivar a construção de redes colaborativas. Observatórios estruturados nesse modelo atuam como plataformas comunicativas, facilitando a circulação de informações e fortalecendo a participação social na interpretação e no uso de dados.

Essa tipologia evidencia que um observatório pode assumir múltiplas funções, indo além do simples armazenamento de informações. Para o caso de São Vicente, a criação de um Observatório de Vulnerabilidades Sociais e Biofísicas provavelmente exigirá uma combinação desses três modelos: a capacidade documental para consolidar dados dispersos; a análise técnica para interpretar riscos socioambientais; e a colaboração interinstitucional para orientar políticas públicas e envolver a sociedade.

2. OBSERVATÓRIOS MAPEADOS - SELEÇÃO FINAL

A construção de um Observatório de Vulnerabilidades para São Vicente exige o estudo de experiências consolidadas que já realizam monitoramento social, ambiental ou climático no Brasil. A seguir, apresentam-se os principais observatórios mapeados, divididos entre aqueles voltados a aspectos biofísicos e aqueles dedicados a aspectos sociais.

2.1. Observatórios focados em aspectos biofísicos

2.1.1 Observatório dos Desastres Ambientais (ODAM)

O Observatório dos Desastres Ambientais, ligado à Universidade Federal Fluminense (UFF) e ao Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais, tem como missão reunir informações sobre desastres geo-hidrológicos, com ênfase particular na região norte do estado do Rio de Janeiro.

Uma de suas principais características é que todo o conteúdo produzido, incluindo inventários de desastres históricos, mapas, infográficos, relatórios e uma biblioteca acadêmica, é disponibilizado publicamente em um portal próprio, cuja manutenção e elaboração de materiais são realizadas por professores e estudantes da UFF. Essa característica confere ao ODAM não apenas rigor técnico, mas também forte vínculo com atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

A estrutura do ODAM demonstra a importância de sistematizar informações ambientais em uma plataforma acessível, característica essencial para o observatório proposto para São Vicente, especialmente considerando a exposição do município a deslizamentos, enchentes e precipitações extremas.

2.1.2 Observatório do Clima

O Observatório do Clima é uma rede formada por diversas organizações da sociedade civil que atuam de maneira articulada para monitorar, analisar e divulgar informações relacionadas às mudanças climáticas no Brasil. Sua estrutura é colegiada e conta com um secretariado executivo responsável por coordenar as ações do grupo. O observatório reúne e sistematiza dados provenientes tanto de instituições governamentais quanto de entidades não governamentais, além de produzir seus próprios relatórios, o que lhe permite oferecer análises consistentes e atualizadas sobre emissões, políticas públicas e tendências climáticas.

A atuação do Observatório do Clima é marcada por uma forte defesa da transparência, tornando públicos dados técnicos complexos que muitas vezes são de difícil acesso para a sociedade. Um de seus produtos mais conhecidos é o SEEG, sistema que compila e apresenta de forma acessível informações sobre emissões de gases de efeito estufa no país. Essa prática reforça seu compromisso com a difusão do conhecimento científico e com o acompanhamento crítico da atuação governamental na área ambiental.

Outro eixo fundamental do Observatório do Clima é a participação social. A rede reúne ONGs, especialistas, pesquisadores e movimentos sociais que colaboram na produção de análises, no desenvolvimento de campanhas e na incidência política nacional e internacional. Esse caráter plural fortalece sua legitimidade e amplia sua capacidade de influenciar debates públicos e decisões governamentais.

Além disso, o Observatório do Clima desempenha um papel relevante na promoção da accountability climática, monitorando o cumprimento das metas assumidas pelo governo brasileiro e oferecendo indicadores que permitem avaliar avanços e retrocessos na política climática nacional. Sua atuação independente, baseada em rigor técnico e articulação em rede, o torna um importante termômetro para acompanhar o desempenho do país frente aos compromissos assumidos no âmbito internacional.

No contexto de São Vicente, a experiência do Observatório do Clima oferece elementos valiosos para a criação de um observatório, especialmente no que se refere ao monitoramento contínuo de tendências ambientais, ao uso de dados públicos como base de análise, e ao fortalecimento da participação social por meio da divulgação acessível de informações complexas. Sua metodologia demonstra como um observatório pode funcionar como referência científica e instrumento de incidência política ao mesmo tempo, contribuindo para uma gestão territorial mais transparente e orientada à adaptação climática.

2. 2 Observatórios focados em aspectos sociais

2.2.1 Observatório Brasileiro das Desigualdades

Iniciativa do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades (liderado pela Ação Brasileira de Combate às Desigualdades - ABCD e com coordenação técnica do CEBRAP), que reúne diferentes pesquisadores e organizações para monitorar múltiplas dimensões da desigualdade no Brasil, incluindo renda, gênero, raça e território. Seu trabalho se fundamenta na produção sistemática de relatórios, estudos e bases de dados que articulam indicadores econômicos, sociais, raciais, territoriais e de gênero. Ao consolidar um extenso acervo de informações e interpretá-lo de maneira comparativa e crítica, o observatório fornece diagnósticos fundamentais para compreender a complexidade das desigualdades no país. Além disso, desempenha papel central na incidência pública, contribuindo para o debate nacional e oferecendo subsídios técnicos que orientam a formulação de políticas voltadas à redução das disparidades sociais.

Para São Vicente, esse modelo contribui diretamente para estruturar a dimensão social do observatório, especialmente no que diz respeito ao mapeamento de grupos vulnerabilizados, como: população negra, quilombolas, indígenas, mulheres, moradores de palafitas, famílias de baixa renda, entre outros.

2.2.2 Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH)

Vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o ObservaDH centraliza, organiza e dissemina informações estratégicas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, reunindo bases de dados e painéis analíticos que abrangem populações em situação de rua, pessoas LGBTQIA+, indivíduos com deficiência, crianças e adolescentes, além de temas como violência, discriminação e discurso de ódio.

O ObservaDH se destaca por oferecer análises que auxiliam gestores públicos na formulação e aprimoramento de políticas de proteção, acolhimento e garantia de direitos, convertendo informações complexas em instrumentos práticos de gestão. Sua atuação demonstra como um observatório pode funcionar como ponto de convergência entre dados administrativos, análises especializadas e diretrizes governamentais, contribuindo para a promoção da transparência estatal e para o fortalecimento da governança em direitos humanos.

Esse observatório oferece a São Vicente um modelo de monitoramento contínuo de populações e territórios fragilizados, com forte capacidade de integrar dados administrativos, estatísticos e analíticos.

CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste trabalho evidencia que São Vicente enfrenta um conjunto complexo de vulnerabilidades sociais e biofísicas, intensificadas por desigualdades históricas e por fenômenos ambientais cada vez mais frequentes e severos.

A combinação de fatores como precariedade habitacional, segregação socioespacial, riscos hidrometeorológicos, movimentos de massa e desigualdades ligadas à raça, gênero e renda demonstra a necessidade urgente de instrumentos capazes de produzir diagnósticos precisos e orientar políticas públicas territorializadas.

Nesse sentido, o estudo dos diferentes modelos de observatórios, tanto aqueles voltados a desastres ambientais e clima quanto os focados em desigualdades sociais e direitos humanos, ofereceu bases concretas para compreender a diversidade de estruturas, metodologias e funções que um observatório pode assumir.

Os exemplos mapeados, como o Observatório dos Desastres Ambientais, o Observatório do Clima, o Observatório Brasileiro das Desigualdades e o ObservaDH, mostram que observatórios bem-sucedidos se caracterizam pela capacidade de integrar produção de conhecimento, análise de dados e comunicação transparente com a sociedade. Esses modelos reforçam que um observatório não é apenas um repositório de informações, mas um dispositivo estratégico de monitoramento contínuo, articulação institucional e apoio à tomada de decisão. Suas práticas demonstram que a combinação entre rigor científico, acessibilidade dos dados e participação social fortalece a governança pública e amplia a capacidade de enfrentamento de vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

GUERRERO PÉREZ, Lisandra; NASSIF, Mônica Erichsen. Observatórios sociais. In: MACEDO, Diego José; CONEGLIAN, Caio Saraiva (org.). **Estudos em observatórios: conceitos, modelos e aplicações**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. cap. 2, p. 31-60. Disponível em: [DOI: 10.22477/9788570131973.cap2](https://doi.org/10.22477/9788570131973.cap2).

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. Homepage. [S. l.], [2024]. Disponível em: <https://combateasdesigualdades.org/observatorio-brasileiro-das-desigualdades/>.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Homepage**. [S. l.], [2025]. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/>.

OBSERVATÓRIO DOS DESASTRES AMBIENTAIS – ODAM. **Homepage**. [S. l.], [2025]. Disponível em: http://www.nesa.uff.br/index.php/observatorio_de_desastres/.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – OBSERVADH. **Homepage**. [S. l.], [2024]. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>.

SOARES, Lilian Campos; FERNEDA, Edilson; PRADO, Hércules Antonio do. Observatórios: um levantamento do estado do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 86-110, 2018. ISSN 1981-1640.

ACÇÃO BRASILEIRA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES (ABCD); CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP). **Relatório 2023: Observatório Brasileiro das Desigualdades**. São Paulo: ABCD; CEBRAP, ago. 2023. 59 p. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/08/Relatorio-2023-Observatorio-Brasileiro-das-Desigualdades-1.pdf>

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Observatório Nacional dos Direitos Humanos está no ar com indicadores inéditos sobre grupos vulnerabilizados**. In: Gov.br, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/observatorio-nacional-dos-direitos-humanos-esta-no-ar-com-indicadores-ineditos-sobre-grupos-vulnerabilizados>

ACÇÃO BRASILEIRA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES (ABCD). **Observatório Brasileiro das Desigualdades: O primeiro passo**. In: Combate às Desigualdades, [entre 2023 e 2025]. Disponível em: <https://combateasdesigualdades.org/category/iniciativa/>

ACÇÃO BRASILEIRA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES (ABCD). **Observatório Brasileiro das Desigualdades**. In: Combate às Desigualdades, [entre 2023 e 2025]. Disponível em: <https://combateasdesigualdades.org/observatorio-brasileiro-das-desigualdades/>

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Portaria Nº 571, de 11 de setembro de 2023**. Institui o Observatório Nacional de Direitos Humanos - ObservaDH - no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Diário Oficial da União: Seção I*, Brasília, DF, n. 220, p. 57-58, 22 nov. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-571-de-11-de-setembro-de-2023>

BRASIL. Agendas para o Brasil. **Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024**. In: Repositório Agendas para o Brasil, [entre 2024 e 2025]. Disponível em: https://repositorio.agendasparaobrasil.org.br/article_post/relatorio-do-observatorio-brasileiro-das-desigualdades-2024/